



**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE BOCAIUVA DO SUL- ESTADO DO PARANÁ.**

***Ref. Pregão Eletrônico nº 12/2024***

**CHT EQUIPAMENTOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 51.164.429/0001-55, com sede na Rua Alcides Valentino Zanella, nº 540, Sala 03, Rondinha, na cidade de Campo Largo-PR, neste ato representada pelo Senhora **Caroline Hannemann** portadora da Cédula de Identidade, RG nº 4.316.324 e inscrita no CPF/MF nº 010.134.719-70, residente e domiciliado a Rua João Florindo Zanetti, nº 52, na cidade de Campo Largo CEP 83607-312, vem respeitosamente perante vossa senhoria, por intermédio de seus procuradores judiciais, **BRUNO RICARDO FRANCISCO GOMES BARBOZA**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PR nº 58.669, e-mail: [bruno@tjb.adv.br](mailto:bruno@tjb.adv.br), e **PATRICIA FERNANDA GURSKI**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/PR nº 91.992, e-mail: [analista3@licitacao360.com.br](mailto:analista3@licitacao360.com.br) ambos com escritório profissional à Av. Tiradentes, Nº 84, sala 03, Centro Empresarial Marquês de Sagres, CEP: 87.013-925, Maringá – PR, apresentar **CONTRARRAZÕES AO RECURSO** apresentado por **ROMAC TÉCNICA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA** pelos fatos e fundamentos a seguir elencados.

#### **I. DA SÍNTESE FÁTICA**

Na data de 04 de abril de 2024, às 09h00min, ocorreu a disputa referente ao Pregão Eletrônico nº 12/2024, com o objeto retroescavadeira.

Assim, a parte recorrida foi declarada vencedora do respectivo item, em virtude do lance mais vantajoso no valor de R\$ 379.900,00 (trezentos e setenta e nove mil e novecentos reais). Insatisfeita com essa decisão, a parte recorrente interpôs recurso contra a habilitação da adversária, alegando que sua classificação foi equivocada, pois não comprovou estar enquadrada como ME/EPP.



Entretanto, tais alegações não procedem e não devem prosperar, conforme será demonstrado na fundamentação, de forma que a decisão do pregoeiro está correta e deve ser mantida.

Em suma, são os fatos.

## **II. DOS FUNDAMENTOS**

### **A- DO ATENDIMENTO AO EDITAL E O ENQUADRAMENTO COMO ME.**

A recorrente alega em suas razões recursais que a recorrida deve ser desclassificada, pois não comprovou o enquadramento como ME, pois não foi apresentado o balanço patrimonial com a escrituração contábil digital.

Primeiramente, cumpre destacar as exigências do edital com relação ao enquadramento da ME, o qual exigiu apenas a certidão simplificada, declaração e o DRE.

#### **8.5.4 Comprovação da Condição de ME ou EPP**

- a) Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente;
- b) Declaração escrita sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (ANEXO VI);
- c) Apresentação do Demonstrativo do Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir.

Nesse sentido, a recorrida apresentou junto da sua habilitação os documentos exigidos, quais sejam a certidão simplificada, a declaração de enquadramento e o balanço patrimonial com o DRE e índices financeiros.

O que acontece, é que a Recorrente não obteve o menor preço e tenta a qualquer custo desclassificar a recorrida, imputando-lhe fatos falsos.

Ao analisar o arquivo denominado de documentos de habilitação está evidente que foram anexados todos os documentos exigidos no edital, não havendo qualquer descumprimento, tanto é que a empresa foi habilitada e classificada por esse motivo.

Ainda, no caso de empresas novas, como a Recorrida, que iniciou as atividades em junho de 2026, pode ser apresentado somente o balanço de abertura, nos termos do art. 65, § 1º da Lei nº 14.133/21.



Art. 65. As condições de habilitação serão definidas no edital.

§ 1º As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

No entanto, mesmo com o recente início das atividades, a Recorrida apresentou o balanço patrimonial completo, com termo de abertura, fechamento, demonstrativo de resultados e índices contábeis.

Para se enquadrar como microempresa, o faturamento bruto anual da empresa não pode ser superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) em cada ano-calendário, conforme previsão contida na Lei Complementar nº 123/06, art. 3º, §1º, vejamos:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o [art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 \(Código Civil\)](#), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e

Nesse sentido, a receita bruta da recorrida encontra-se demonstrada no balanço patrimonial e foi de R\$ 111.684,76 (cento e onze mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e setenta e seis centavos).

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO			
Entidade:	CHT EQUIPAMENTOS LTDA		
Período da Escrituração:	01/07/2023 a 31/12/2023	CNPJ:	51.164.429/0001-55
Número de Ordem do Livro:	2		
Período Selecionado:	01 de Outubro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023		
Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITA BRUTA		R\$ 0,00	R\$ 111.684,76

Assim, resta demonstrado o enquadramento como ME (microempresa) por parte da Recorrida, atendendo não só as exigências do edital como as legislações que regulamentam o tema.



Nestes termos, deve ser mantida a habilitação da Recorrida, pois comprovou durante a fase de habilitação que se enquadra como microempresa e ofertou o menor preço.

### III. DOS PEDIDOS

Por todo o exposto e em respeito ao interesse público, vem esta **PETICIONANTE** apresentar suas contrarrazões de recurso, no seguinte sentido:

- a) Sejam recebidas, processadas e julgadas as contrarrazões de recurso e que seja **totalmente improcedente o recurso** interposto pela empresa **ROMAC TÉCNICA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.**
- b) Seja **mantida a decisão do Pregoeiro** que declarou habilitada a empresa **CHT EQUIPAMENTOS LTDA.**

Havendo qualquer manifestação sobre o processo, requer que seja informado este interessado por meio do endereço eletrônico [bruno@tjb.adv.br](mailto:bruno@tjb.adv.br) e [analista3@licitacao360.com.br](mailto:analista3@licitacao360.com.br).

Termo em que, pede e espera deferimento.

Campo Largo – PR, 15 de abril de 2024

**BRUNO RICARDO F. G. BARBOZA**  
OAB/PR 58.669

PATRICIA  
FERNANDA  
GURSKI  
**PATRICIA FERNANDA GURSKI**  
OAB/PR 91.992

Assinado de forma digital por  
PATRICIA FERNANDA GURSKI  
Dados: 2024.04.15 16:39:01  
-03'00'